

A UTOPIA DA NAÇÃO: NACIONALISMO E PENSAMENTO DE
ESQUERDA NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Dr. Adalmir Leonídio
ESALQ
Universidade de São Paulo

Resumo

Este artigo busca analisar a correlação entre nacionalismo e pensamento de esquerda no Brasil no início do século XX. A análise está centrada em alguns jornais e livros da época, sobretudo aqueles relacionados ao médico e pensador sergipano Manoel Bomfim.

Palavras-chave: Nacionalismo, socialismo, Manoel Bomfim, Brasil.

Abstract

This article analysis the correlation between nationalism and the left thought in Brazil in the beginning of the century XX. The analysis is found in some journals and books of the period, overcoat there to bring into relation with the thinker Manoel Bomfim.

Key-words: Nationalism, socialism, Manoel Bomfim, Brazil.

Tema relativamente bem conhecido, começou a desenvolver-se no início do século XX no Brasil um movimento nacionalista que teve seu apogeu nos anos vinte. Ele se expressou de diferentes maneiras, como o nacionalismo católico de Jackson de Figueiredo, o ufanismo de Afonso Celso, entre outros¹. Uma de suas vertentes, a relativamente menos conhecida, apresentou-se como uma reação à “Doutrina Monroe”, um projeto imperialista, que colocava o capitalismo americano no centro da cena do processo de dominação política e econômica da América Latina.

Mas seria o nacionalismo, na América Latina, a única resposta ao avanço imperialista do início do século XX? Seria possível algum tipo de reação que articule, em alguma medida, reivindicações nacionais e internacionalismo? O ob-

jetivo deste artigo é a discussão, de uma perspectiva histórica, das relações entre nacionalismo e socialismo, tomando como ponto para análise os debates que se travaram no Brasil no início do século XX, a despeito do avanço imperialista norte-americano, em particular o ponto de vista do médico e pensador social Manoel Bomfim, adepto das idéias socialistas mas também articulador de um discurso de tom nacionalista.

Por outro lado, é preciso ver em que medida a representação da nação que assim se articula constitui-se como manifestação de certo messianismo. A sociedade do futuro, anunciada pela república recém-implantada no Brasil, deveria ser a fraternidade dos homens. E o veículo por excelência desta regeneração social parecia ser a nação, realização completa e última do ideal de associação popular, expressão máxima de uma sociedade mais coesa e justa, representação esta fortemente inspirada nos ideais da geração de 1848 na França, anunciadora da “primavera dos povos”. Assim, a realização dessa utopia parecia sugerir a harmonia de cada realização nacional com a consumação da história universal.

CLASSE OU NAÇÃO?

Há um argumento geral dos historiadores, segundo o qual os apelos do nacionalismo e do socialismo são mutuamente excludentes. Tal argumento reforça-se pelo fato histórico de o nacionalismo haver rejeitado os movimentos socialistas proletários (internacionalistas), entre 1870 e 1914, até o triunfo do nacionalismo de massas no período entre-guerras.

Esta oposição entre os conceitos de classe e nação foi também alimentada no seio do próprio marxismo. Marx não admitiu a possibilidade de uma via nacional até o capitalismo e não tinha nada a dizer em favor do socialismo em um só país, porque o capitalismo e o comunismo eram sistemas mundiais e só podiam ser tratados em cenário supranacional. Em consequência, a contribuição de Marx para a problemática da revolução no mundo pré-capitalista e colonizado pela Europa evidenciou-se bem escassa e indireta, o que era natural, posto que a questão pouco se colocou na prática durante a vida do pensador alemão.

Ernst Gellner, retomando o trabalho de Roman Szporluk, *Comunism and nationalism: Karl Marx versus Friedrich List*, ressalta que, para List, a oposição verdadeiramente crucial que constitui a chave para compreender a mudança histórica não é o conflito entre classes, mas sim a divisão da humanidade em nações. O “nacional-capitalismo” de List se caracterizaria pelo emprego de instituições políticas para proteger e promover a industrialização. Sem ajuda política e proteção o desenvolvimento industrial nas zonas atrasadas ou bem não teriam lugar ou bem teriam efeitos intoleravelmente destrutivos e desequi-

librados. Segundo o trabalho de Szporluk, Marx teria mantido aberta polêmica contra List, ao perceber que o protecionismo recomendado pelo nacionalista alemão tinha por objetivo permitir à burguesia alemã desenvolver sua própria via nacional até o capitalismo².

Se as assertivas de Marx e do marxismo de sua época pouco contribuíram para a discussão do nacionalismo e do imperialismo, as posições de Kautsky assumiriam uma postura nitidamente colonialista.

Na virada do século XIX, Kautsky elaborou suas primeiras idéias à cerca do imperialismo. Neste momento toda sua atenção estava voltada para a possibilidade de se evitar o desencadeamento de um conflito interimperialista. Isto implicava na possibilidade ou não, para a social-democracia alemã, de prosseguir na direção dos sucessos parlamentares no quadro da paz internacional. A ala radical da social-democracia afirmava que o imperialismo e a guerra constituíam o destino inevitável do capitalismo; e que, portanto, a luta contra eles era incompatível com uma transformação pacífica da correlação de forças parlamentar, a ser aguardada no tempo.

Entre 1909 e 1910, Kautsky passou a sustentar que o imperialismo era a única perspectiva do capitalismo, definindo como algo impensável uma séria política de desarmamento. Entre 1911 e 1913, às vésperas da Primeira Grande Guerra, esta posição seria modificada. Em primeiro lugar, admitiria que por trás do imperialismo estava o capitalismo financeiro, reacionário em política interna e agressivo em política externa. E em segundo lugar, a possibilidade de existência de setores do capitalismo industrial que visavam uma expansão econômica pacífica, ligada ao livre mercado. O imperialismo não era mais considerado a essência do capitalismo, mas uma de suas facetas. Revia-se então a idéia segundo a qual depois da explosão imperialista, o capitalismo seria sucedido pelo socialismo. A tarefa principal da social-democracia internacional era a de trabalhar no sentido do desarmamento, no que se aproximava da posição dos revisionistas³. Passava-se assim de um colonialismo velado a um anti-colonialismo teórico, pois não era colocada a possibilidade de uma via nacional ao socialismo.

Esta maneira de ver a questão tinha importantes conseqüências para o contexto histórico latino-americano. A lógica interna da teoria marxista da revolução socialista até então predominante continha duas idéias essencialmente “europocêntricas”. Em primeiro lugar, a libertação do mundo explorado pelo capitalismo deveria ser o resultado da revolução socialista no Ocidente. E em segundo lugar, a transformação socialista do mundo significava sua europeização⁴.

É com Lênin que a discussão avança consideravelmente. O socialista russo declara que o proletariado revolucionário do Ocidente deve tornar sua a causa dos povos oprimidos, apoiá-la resolutamente e considerá-la como uma parte im-

portante da revolução socialista mundial, um fator que contribui para destruir as próprias bases do imperialismo. Com isso, não mais se subordina o triunfo da revolução nas colônias e ex-colônias à vitória do proletariado na metrópole.

Lênin, desde o início da Revolução Russa, defendia o “direito à autodeterminação” dos povos. Stalin e Bukharin criticaram esta sua posição, ao defenderem o “direito à autodeterminação das massas trabalhadoras”. Em resposta, Lênin argumenta que a “autodeterminação” dos trabalhadores da nação oprimida não pode resultar senão de sua diferenciação com a burguesia nacional e de sua luta contra ela. Se o proletariado da nação que tinha sido opressora - no caso o proletariado russo - não reconhece plenamente o “direito à autodeterminação” da nação oprimida, ele dificulta esta diferenciação em lugar de facilitá-la.

A discussão levantada pelo socialista russo deu novo fôlego à questão do nacionalismo, por pelo menos três razões. Primeiro, ele ampliou a categoria de movimentos nacionais, cujo impacto era considerado progressista. Depois, ele fez não só possível como também desejáveis os movimentos marxistas revolucionários que atuavam não só como movimentos de classe dos explorados e oprimidos, mas também como dirigentes na luta pela emancipação de nações inteiras. Por último, esta nova categorização reconhecia as forças sociais que tornaram possível os movimentos nacionalistas, assim como o poder político de tais movimentos, ao aceitar como questão de princípio o direito à autodeterminação⁵.

QUE NACIONALISMO?

Mas para melhor entender como nacionalismo e socialismo se relacionaram no ambiente intelectual do Brasil do início do século XX, é preciso pensar antes como os dois movimentos ideológicos se desenvolveram no país.

Como já se disse, não existem critérios objetivos que permitam definir uma nação. Isto é, a nação não é uma entidade social originária e imutável. O Estado e o nacionalismo é que inventam as nações⁶. A essência política do nacionalismo moderno - aquele que parte da França revolucionária - é a exigência de “autodeterminação”, a partir da constituição de um “estado-nação” como unidade territorialmente soberana e idealmente homogênea, onde habitam como “cidadãos” os membros de uma “nação”, definida de diversas maneiras convencionais (étnica, lingüística, cultural, histórica, etc.).

No século XIX o estado-nação era, portanto, a forma adequada de aglutinação emocional para unir os cidadãos, divididos em classes e em outras formas de fragmentação social. Ele tornou-se por isso a pedra angular do capitalismo mundial durante um largo período de seu desenvolvimento. Marx, no

Manifesto comunista, descreveu a sociedade burguesa como uma unidade global e uma interdependência de nações. A existência de um complexo internacional de estados separados foi essencial para o crescimento global do capitalismo.

A chamada “acumulação primitiva de capital” foi o processo histórico que permitiu ao capital ser investido na própria produção. E isto foi possível graças ao seu caráter de monopólio: além do pequeno número de regiões nas quais se ergueram as primeiras fábricas, não existia, no resto do mundo, produção capitalista e capital investido na produção. Portanto, todos os outros casos em que, em momentos posteriores a esse, uma classe burguesa conseguiu acumular capital suficiente para investi-lo na produção, esta situação de monopólio já não existia e as nascentes indústrias viram-se confrontadas com o desenvolvimento do capitalismo no centro do mercado mundial, tendo que lhe fazer concorrência. A partir do fim do século XIX, quando o centro do capitalismo começa a exportar capitais e investir em fábricas fora de suas fronteiras nacionais, a acumulação nacional preexistente é abortada, a não ser que se subordine à acumulação no centro⁷.

No final do século XIX o nacionalismo passa então de um conceito associado ao liberalismo para um movimento de direita chauvinista, imperialista e xenófobo. Com o neocolonialismo moderno na América Latina, os termos “soberania” e “independência”, base para constituição de qualquer estado-nação, são radicalmente alterados, tornando-se sinônimo de dependência e atraso. Os estados latino-americanos são dependentes economicamente em dois aspectos principais. Em primeiro lugar, em uma economia internacionalizada não podem esperar influir individualmente. E em segundo lugar, são dependentes das grandes potências e das empresas multinacionais. A estratégia ótima para uma economia transnacional neocolonial é precisamente aquela em que o número de estados oficialmente “soberanos” se maximize e ao mesmo tempo se minimizem as dimensões e a capacidade destes para impor as condições sob as quais têm que operar as potências e o capital estrangeiro.

Devido à transformação da raça em conceito central das ciências sociais, houve uma associação quase imediata entre raça e nação. A biologia de Darwin, a filosofia de Bergson, a história de Taine, a psicologia de Le Bon e Ribot forneceram o arcabouço para a nova abordagem do problema do nacionalismo, ligado intimamente ao imperialismo. O racismo era o fundamento das propostas dos nacionalistas de direita. É este nacionalismo, ancorado no cientificismo, que informará grande parte da intelectualidade brasileira na virada do século. Os diferentes projetos de nação que aí se configuram, refletem a visão social de mundo destes intelectuais, frente aos dilemas do Brasil e do mundo.

A chamada “Geração de 1870” no Brasil, encabeçada por Tobias Barreto e Silvio Romero, estava dominada pelo sentido de atualização, de modernidade.

Os problemas nacionais, provocados pela ignorância, só poderiam ser sanados por uma reação “científica”. Esta visão guarda a crença absoluta no poder das idéias, a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens. A perspectiva desta geração de intelectuais é, pois, a de que, aceitando tais idéias, seria possível a integração do Brasil no mundo ocidental⁸.

A ideologia do progresso, muito propagada entre estes intelectuais, carregava em si a idéia generosa de que o progresso do conhecimento traria o progresso material e este a felicidade. Isto é, acreditava-se que o aumento da riqueza atingiria a todos, mesmo os mais pobres, livrando-os da miséria e do trabalho desumano.

Os intelectuais e propangandistas da República viam então o novo regime como uma etapa de atualização do Brasil, do seu ingresso no século civilizado. Mas para isso era preciso frear as tendências mais radicais, que questionavam a estrutura sócio-econômica. Seu lema era, pois, “ordem e progresso”. As raças eram os limites básicos para a atualização do Brasil e sua adequação aos padrões de civilização. Mas daí surgia uma questão, que os intelectuais da época responderiam das mais diversas maneiras: como fazer a nação sobre uma população de negros e mestiços? As respostas vão desde o otimismo ingênuo da crença no branqueamento, resultado de cruzamentos sucessivos, até o pessimismo daqueles que acreditavam que o Brasil estava fadado ao atraso, porque a mestiçagem levava à esterilidade, em seu amplo sentido.

Este era o sentido restrito do cosmopolitismo da época: europeizar-se, promover uma imagem favorável e vendável do Brasil, imagem de uma sociedade culta, elegante e civilizada. Olavo Bilac é um caso exemplar desta visão de mundo, que comungava com as classes dominantes do país, em geral ligadas à produção agro-exportadora. Reverenciando a Europa, esta geração de intelectuais desejava integrar o Brasil na civilização ocidental⁹. Em outras palavras, na geração da *Belle époque*, o “cosmopolitismo” começou a ser identificado com a civilização de empréstimo na qual valia sobretudo a cópia da fachada, da aparência. O importante era estar em dia com a moda, com o cotidiano das cidades européias. Tal como acontecia com o cientificismo, que tomava a ciência como ornamento. Este era o sentido principal da integração do Brasil ao mundo moderno.

No extremo oposto, mas igualmente alienado, havia o projeto ufanista, baseado na exaltação dos valores pátrios, fazendo vistas grossas dos graves problemas sociais em que se atolava a nação. O representante típico desta visão é Afonso Celso. Quando enumera os onze motivos da superioridade do Brasil, deixa claro que os cinco primeiros se referem à natureza: a grandeza territorial, a beleza, a riqueza, o clima e a ausência de calamidades. Segundo

Celso, existem ainda dois motivos da nossa superioridade que estão relacionados com a excelência dos elementos que entraram na formação do tipo e na constituição do caráter nacional. O índio, o negro e o português têm suas qualidades ressaltadas. A hospitalidade do índio, a resignação, a coragem e a labiosidade do negro, o amor ao trabalho e a filantropia do português marcam a origem humilde da nossa gente. O cruzamento dessas raças produziu o mestiço, com seu espírito de energia, coragem e força.

Uma visão bastante peculiar e inusitada na época, porque crítica dos projetos de nação existentes até então, foi a de Manoel Bomfim, graças à sua proximidade com as idéias socialistas, que já haviam começado a se difundir no Brasil. O intelectual sergipano chegou a escrever um livro, um dos mais expressivos de sua obra, *América Latina: males de origem* (1903), em que, além de atribuir razões históricas ao atraso latino-americano – em particular a sua comum realidade de exploração colonial – defendeu abertamente a origem multi-étnica do povo brasileiro, antecipando análises como as de Artur Ramos e Gilberto Freyre. Mas antes de abordarmos esta dissidente e relevante idéia de nação que aparecia na virada do século, torna-se necessário uma breve abordagem de como se desenvolveram as idéias socialistas no Brasil.

QUE SOCIALISMO?

Conforme postulei em trabalho anterior¹⁰, as idéias socialistas da virada do século XIX no Brasil estão contidas em embrião nos anos que vão de 1840 a 1870. Isto é, há uma linha de desenvolvimento das idéias socialistas no Brasil, que associa o socialismo utópico e o positivismo, e que vinha se colocando desde a década de 40, mas que só ganhou contornos mais nítidos a partir da década de 70. Isto por várias razões. Em primeiro lugar, porque o positivismo propriamente dito só começou a se desenvolver plenamente no Brasil na década de 70. Em segundo lugar, porque é nesta década que algo parecido com um movimento operário começa a se formar, pondo em ebulição as idéias do socialismo. De tal forma que a década de 70 faz aparecer com maior evidência aquelas idéias que apenas haviam começado a esboçar-se na década de 40.

Tomo “utopia” aqui no sentido que deu a este termo Michel Löwy, isto é, uma visão social de mundo que circunscreve um conjunto articulado e estruturado de valores, representações, idéias e orientações cognitivas que se opõe à ordem social vigente, propondo a realização, no presente ou no futuro, de uma nova sociedade, ou de reformas que alterem significativamente a sociedade em curso¹¹. Por isso também, os socialistas utópicos são comumente chamados de “reformadores sociais”.

A década de 1830 assinala o auge das idéias do chamado socialismo utópico na Europa. Um dos principais mitos criados por esta corrente de idéias é o do “salvador supremo”, da ajuda vinda do alto, a obsessão do “libertador transcendental”. Os socialistas utópicos se apresentam como portadores da verdade, messias libertadores da humanidade. Henri de Saint-Simon (1760-1825) foi o principal representante desta corrente de idéias, isto é, aquele que teve o maior número de discípulos, bem como a maior repercussão em todo o mundo. Suas obras principais são *Système industriel* e *L'Organisateur*.

Auguste Comte (1798-1857), o formulador da doutrina positivista, foi aluno e amigo pessoal de Saint-Simon. Seu sistema intelectual deriva diretamente daquele concebido pelo utopista francês: o princípio de uma ciência natural da sociedade. O rompimento de Comte com Saint-Simon é bastante tardio, ao menos o suficiente para que houvesse assimilado e amadurecido grande parte de suas idéias. Seus primeiros artigos – “*Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société*” e “*Esquisse d'un tableau historique du progrès de la civilisation*” – publicados em 1823, no caderno *Catéchisme des industriels*, dirigido por Saint-Simon, contêm o essencial de suas idéias, reiteradas e aprofundadas, a partir de 1824 - ano de seu rompimento com o antigo mestre -, com a obra *Système de politique positive*.

Tanto para Saint-Simon quanto para Comte, a Revolução Francesa, os direitos do homem e o liberalismo haviam tido um valor puramente destrutivo, chegara o momento de organizar a sociedade. A preocupação central é pois com a “estabilidade social”. A ordem aspirada não é a de antes de 1789, que os doutrinários do absolutismo queriam restaurar: trata-se de uma nova ordem, uma ordem industrial, contendo o progresso. Mas isto não afastava a preocupação com as reformas. Assegurar “convenientemente” trabalho e educação a todos, bem como regulamentar os salários, “constituirá sempre o único objeto essencial da política popular propriamente dita”, acrescentava Comte em seu “programa trabalhista”.

As idéias socialistas no Brasil não tiveram o mesmo percurso que na Europa. Não houve uma linha evolutiva que levou do liberalismo radical ao socialismo utópico. Quando tais idéias “aportaram” no Brasil, na década de 40 do século XIX, encontraram uma situação *sui generis*: uma burguesia embrionária e, portanto, não revolucionária, e muito pouco de trabalho livre. Introduzidas inicialmente em Pernambuco, elas logo se difundiram para o Rio de Janeiro, onde, em 1845, fora fundado o primeiro periódico de cunho socialista, a *Revista Socialista*, seguida pelo jornal *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, criado no mesmo ano.

As idéias principais defendidas por estes jornais são aquelas de Saint-Simon, assinaladas anteriormente. Portanto, também no Brasil as idéias de “organi-

zação” e “ordem” aparecem associadas às de “reforma social”. Mas a anarquia que se visa combater não é obviamente a do mercado, já que este inexistia no país, mas a das massas de homens pobres e livres, vagando pelas cidades sem ocupação. Do mesmo modo não é a ordem industrial burguesa que se defende, mas a rural e agrícola.

Temia-se em geral no Brasil uma rebelião de escravos, sobretudo depois dos acontecimentos que se deram no Haiti, no final do século XVIII. Predominava um certo tom conciliador em política, mesmo entre os reformadores brasileiros, o que se explica pelo ambiente profundamente conservador criado pelo domínio quase absoluto da grande propriedade escravista. Buscava-se em geral a conciliação entre um progresso possível e uma ordem necessária. Por trás de tais idéias estava o embrião do positivismo, mas também do socialismo, que se desenvolveriam posteriormente, isto é, de que era preciso “reorganizar” a sociedade mas sem apelar à revolução violenta. Uma nova sociedade surgiria naturalmente como produto das idéias modernas e ativas. Esta fé nas idéias salvadoras, nas “doutrinas reformadoras”, que depois se traduziria em fé nas certezas inabaláveis da ciência, encontrava ambiente fértil no Brasil para sua germinação.

No início dos anos 70 o pensamento socialista brasileiro entra em uma nova fase. Mas o que o caracteriza é ainda uma conjunção *sui generis* de duas correntes doutrinárias, cujo desenvolvimento é percebido desde a década de 40: o socialismo utópico e o positivismo. Três inovações principais se destacam no socialismo de então, mas que acentuam ainda mais a marca do saint-simonismo. Primeiramente, a importância dada à noção de indústria. Depois, a valorização do trabalho como motor da sociedade e base para o desenvolvimento da civilização e da riqueza pública, bem como da figura do trabalhador. E por último, o aparecimento da palavra “classe operária”, embora mantenha-se a indistinção entre operários, artesãos e industriais.

Neste sentido duas outras idéias são extremamente valorizadas. Devia-se promover o “espírito de associação”, bem como proceder à “organização do trabalho”, dando a este o sentido de uma imensa “comunhão do esforço nacional” em prol do progresso, que por sua vez traria a felicidade de todos. Caberia à educação um papel especial neste esquema, que guarda estreita relação com velhas crenças da era do Iluminismo. A falta de instrução elementar era encarada simultaneamente como um obstáculo ao aperfeiçoamento do trabalho industrial e como causa da pobreza do operário. Além de “regenerar o trabalho”, “corrigir as desigualdades” e amenizar o pauperismo, a educação era importante porque “cultivava o espírito” e “fortalecia os sentimentos morais, seguros penhores da ordem social”, constituindo uma “revolução pacífica”, “lenta”, “gradual”, “sem estremecimento das sociedades” e de acordo com as “leis naturais e sociais”,

conforme testemunhava um jornal da época. Assim, “organizar” tomava o sentido preciso de “incorporar” o operário à sociedade e à indústria nascente, bem como “reformatar” o de “assegurar convenientemente trabalho e educação a todos”, conforme o velho lema comtiano. Este reformismo, meio utópico meio positivista, está na base da idéia de partido que se formaria na década de 90, a “grande novidade” do pensamento socialista que vinha então se desenvolvendo.

A data de 1890 não é fortuita. Está ancorada nas esperanças em relação às potencialidades do novo regime em ampliar o sistema representativo. Isto significa que todos os partidos que então se tentam formar privilegiam a esfera dos direitos políticos e das reformas. Uma das crenças principais do pensamento socialista de então, era a de que a massa desorganizada e agindo por conta própria só levaria à “anarquia”¹². Era preciso uma cabeça para organizá-la e guiá-la em sua luta. Caberia, pois, ao partido tomar a palavra pelo operário, ser o seu porta-voz, o seu guia no sentido de sua libertação. Isto fica patente nos próprios títulos dos jornais que apareceram entre 1890 e 1910: *Voz do Povo*, *Echo Popular*, *Echo Operário*, *Voz do Trabalhador*.

Mas o mito do “salvador supremo”, que se reafirmava entre os socialistas brasileiros da virada do século, pretendia salvar os operários incorporando-os à sociedade, à ordem estabelecida e não guiando-os na luta contra o sistema, ou formulando sociedades futuras imaginárias. A “organização do partido” era a condição essencial para a “organização do trabalho” de que tanto carecia o país, recém-saído da escravidão. Neste sentido, era importante destacar que os interesses do partido não eram contrários aos dos industriais e comerciantes, que buscavam um lugar na economia nacional, dominada pelo comércio agro-exportador. Ao contrário, achava-se que o comércio e a indústria eram os “aliados naturais do elemento operário” e que os patrões não teriam a perder colaborando com este processo de “organização”, conforme afirmava um jornal da época.

As duas palavras de ordem deste tipo de discurso, oriundas do saint-simonismo e do comtismo simultaneamente, eram então “organização” e “comunhão”. Comunhão não apenas entre os membros do partido, mas também entre todos os membros da nação. A República era encarada como o momento da ordem e do progresso. Pretendia-se fazer crer à classe operária que o seu “mais firme propósito” deveria ser o de “concorrer para a manutenção da ordem, para a prosperidade e riqueza da nação, mas também para a sua “elevação” do estado de “abatimento” em que se encontrava, não só no que se refere à situação social e econômica, como também à participação política. A condição era a transformação, não do sistema, mas do “regime de trabalho” através da participação eleitoral. Organizou-se a república, a ordem agora era organizar o trabalho, realizando as reformas e os melhoramentos necessários para tanto.

A SOCIEDADE DO FUTURO: NACIONALISMO OU SOCIALISMO?

Aderindo em parte ao projeto nacional em curso e, paradoxalmente, seguindo a moda internacionalista do movimento operário na Europa, os socialistas brasileiros do final do século XIX pouco se perguntavam do capitalismo em sua estrutura de mercado mundial. No início do século XX, no entanto, aparece um jornal, cuja relevância para o desenvolvimento das idéias socialistas no Brasil é das mais significativas. Isto não só porque ele representa um certo afastamento em relação ao pensamento socialista dominante, como também porque é dele o embrião das discussões no Brasil sobre o imperialismo, portanto uma conexão possível entre nacionalismo e socialismo. Apresenta-se como uma “nova utopia da nação”, que em parte rompia com o conservadorismo ideológico das elites intelectuais. Trata-se de *A Nação* (RJ), que circulou entre 1903 e 1904.

Já no seu subtítulo - “órgão radical independente” -, que funciona como uma espécie de *slogan* político, fica marcada a sua intenção de distanciamento em relação aos esboços de partido operário que se apresentavam à época. Seus redatores principais eram Alcindo Guanabara, um importante jornalista da época, e Manoel Bomfim, um médico, com grande “vocaçãõ” para pensar as questões sociais de sua época.

Mas é preciso distinguir a postura do jornal em geral – que contava com grande número de redatores – da de Manoel Bomfim, em particular. O seu programa, elaborado por Alcindo Guanabara, coincide em alguns pontos com o geral dos programas dos partidos que então se buscavam ensaiar, sobretudo em seu tom reformista e conciliador. Já na introdução afirma: “*A Nação* propugnará a efetividade do regime democrático-republicano, a eliminação das distinções de classes e o realçamento das classes produtoras e operárias”¹³. A seguir apresenta os seus quatorze pontos essenciais, que pode ser considerado um programa social avançado para a época, tendo em vista que muitas dessas conquistas só seriam parcialmente implementadas com o governo trabalhista de Getúlio Vargas.

Os quatro primeiros itens do programa ressaltam o aspecto mais reformista de que falamos: “reabilitação do trabalho”; organização dos sindicatos profissionais reconhecidos pelo Estado; regulamentação do trabalho pelo Estado, através da criação de leis protetoras do trabalho em geral, e do trabalho das mulheres e das crianças em particular; regulamentação do número de horas no trabalho (8 horas); fixação da idade de admissão ao trabalho; aposentadoria e montepio para todos os operários; estabelecimento e regulamentação das caixas de pensões e seguros obrigatórios contra a velhice, a falta de trabalho, os desastres e a morte dos trabalhadores; proteção à infância desamparada e “viciada”; e instrução primária obrigatória.

Até aqui o programa repete os outros programas, ao ressaltar o seu aspecto incorporador e reformista que mais tarde seria recuperado pelo trabalhismo de Vargas, conforme salientamos. A partir do item cinco, no entanto, ressalta-se o seu aspecto peculiar, ao chamar a atenção para um problema a que poucos atinavam, isto é, o do imperialismo das nações que se situam no centro do capitalismo internacional.

Começa por defender a necessidade de um estudo, por parte do Estado, em extensão e em profundidade, das riquezas nacionais. A par desta realidade, fazia-se necessária uma intervenção ativa e direta do Estado na “criação e desenvolvimento da agricultura e das indústrias mineral, pastoril e fabril”. Aliada a esta estratégia estava, como ponto fundamental, a “defesa dos mercados internos para a produção nacional”. Seguia-se a “nacionalização das estradas de ferro, das minas de ouro e de carvão, das linhas de navegação, dos telégrafos e desenvolvimento dos serviços dos correios, considerados todos, não como fonte de renda, mas como serviços de utilidade pública, a cargo do Estado”. Acrescenta-se a esta lista de serviços que deveriam sair do âmbito da atividade privada a iluminação, a viação, o tratamento de esgotos e o fornecimento de água, além da “construção de casas higiênicas para habitação dos proletários, amortizado o seu custo por pequenas prestações”.

Tratava-se portanto da necessidade da presença do Estado, como órgão público por excelência, na criação e regulação do mercado nacional. Três pontos fundamentais e estratégicos eram levantados. Primeiro, estava o incentivo à produção nacional e a desoneração do consumo, através da “substituição dos impostos de consumo pelo imposto proporcional e progressivo sobre a renda, excetuando a renda inferior a 1800 réis”. Em seguida, estava a criação de um “imposto elevado e progressivo sobre heranças”. E por último, estava o que se poderia considerar como o esboço de um programa de reforma agrária, a ser implementado através de “impostos elevados e progressivos sobre os terrenos de propriedade particular não cultivados, quando assim mantidos por motivos que não sejam de utilidade pública”¹⁴. As terras devolutas deveriam ser parceladas e cedidas em pequenos lotes aos trabalhadores. Seriam criadas pelo Estado também “pequenas caixas regionais para empréstimos aos agricultores, que pessoalmente cultivem os seus lotes”.

Além de organizar o mercado nacional era preciso, e como parte da estratégia, também protegê-lo. O último item do programa resalta então a necessidade da “defesa intransigente da integridade da pátria; de onde a necessidade imediata da reorganização prática do Executivo e da Armada”. Fechando o programa, o jornal acrescenta: “*A Nação*, nos termos deste programa, é socialista, nacionalista e protecionista”. Note-se a ênfase dada ao

“Executivo” e à “Armada”, embora anteriormente o programa tenha defendido o regime democrático-parlamentar e a ação do judiciário, a fim de “garantir ao povo justiça rápida e barata”. Mas é o desfecho do programa que é particularmente esclarecedor: “*A Nação* combaterá ardentemente as agitações das ruas, as perturbações da ordem pública e os movimentos revolucionários”. Em outras palavras, a participação cidadã é bem vinda, mas desde que rigorosamente controlada pelo Estado¹⁵.

Mas são os artigos de Manoel Bomfim os que estabelecem as melhores análises da relação entre “socialismo e nacionalismo”. E é com este título que ele inaugura a discussão. Começa ressaltando o que era afirmado comumente entre socialistas brasileiros, isto é, a contradição entre os princípios socialistas e nacionalistas. Na Europa, argumenta Bomfim, os nacionalistas são os opositores “naturais” do socialismo, porque estão em geral ligados aos “partidos conservadores, reacionários e opressores”, que tendem a defender “privilégios e tiranias”. Por outro lado, sendo o capitalismo um fenômeno global, ou, como diria Marx, tendo a burguesia feito o mundo sua “imagem e semelhança”, o mesmo teriam os proletários que fazer com sua luta: “O progresso e a civilização, relacionando os homens, pôs os vários exploradores em contato; o capitalismo fez-se cosmopolita, e para lutar eficazmente contra ele, os proletários tiveram que dar-se as mãos através das fronteiras”¹⁶.

Mas esta contradição seria apenas aparente. Era preciso examinar as coisas concretamente, em cada situação histórica. Antes de mais nada, era preciso dizer que no Brasil a discussão sobre o nacionalismo era essencial, dada sua formação histórica, baseada no regime de exploração colonial¹⁷, mas sobretudo devido à atualidade de tal regime: “Este era o passado, este é ainda o presente; nem as coisas mudaram, nem o conflito atual é diferente do de outros tempos. Tomemos as palavras, não abstratamente, mas aplicadas às realidades que nos cercam”. O que distingue a realidade histórica brasileira é, portanto, a exploração internacional que se realiza no centro do capitalismo mundial.

Respondendo às provocações do jornal socialista *Avanti* (SP), que havia estranhado o fato de um jornal dizer-se “socialista e nacionalista”, bem como do termo “independente” usado em seu subtítulo, Bomfim faz uma análise esclarecedora sobre o mercado capitalista mundial:

“Somos independentes para combater a esses que, em nome dos chamados interesses conservadores ou capitalistas, acham que devemos desaparecer no cosmopolitismo mercantil, e para combater aos ingênuos que, sob o nome de internacionalismo, nos levam à situação de dominados, e não à sonhada fusão das pátrias”.

Em primeiro lugar, este parágrafo é esclarecedor porque repensa o velho sonho dos socialistas de solidariedade internacional. E este internacionalismo manifesta-se não apenas no sonho utópico de uma “fusão das pátrias”, como também haviam sonhado Proudhon, Mazzini, entre outros. A realidade internacional é a da exploração. É preciso pôr no seu lugar uma “nova utopia”, a da nação”, “uma vista sobre o futuro, um sonho de liberdade e reivindicação social”, como diria Bomfim. Em outras palavras, uma realidade de menos injustiça social só se constrói nacionalmente, levando em consideração a realidade histórica de cada país. Em segundo lugar, ressalta o caráter ambíguo e até certo ponto retórico que podia assumir o termo internacionalismo, se isolado de tal realidade histórica, ou de sua totalidade. É contra os socialistas de sua época, que usam sectariamente o termo “internacionalismo” – os “ingênuos” –, sem analisar as implicações que a palavra inclui, sobretudo no caso de um país como o Brasil, de passado colonial e posto na periferia do capitalismo, que Bomfim se insurge. Mas também contra aqueles que o usam como artifício retórico – os “conservadores” – para impor ou justificar uma realidade de exploração.

Portanto, o projeto de nação de Bomfim passa necessariamente pela luta contra o passado colonial do Brasil, bem como contra a situação presente do neocolonialismo. Neste sentido, acusa abertamente a burguesia “aventureira”, sem compromisso com a nação, como o fora outrora o colono português: “Falando de estrangeiro, referimo-nos aos que não vêm nesta pátria senão a terra onde a fortuna se pode adquirir facilmente, pois não o movem outros intuítos”. Os “trabalhadores”, os que querem construir a nação, são sempre bem-vindos, sejam eles brasileiros ou não. Assim, o Bomfim dá à palavra “estrangeiro” um sentido muito mais abrangente e localizado historicamente. O estrangeiro pode também ser o da própria terra.

É preciso lembrar que as nações existem não apenas como funções de um tipo particular de Estado territorial - o Estado-nação herdeiro da tradição da Revolução Francesa -, como também no contexto de um estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico. Como foi visto, o discurso socialista representava a demanda de participação política por parte da classe operária, em constituição nos primórdios da república no Brasil. Mas ele tinha também por trás de si um projeto de nação que fosse viável.

Uma importante querela entre o jornal *Avanti* e *A Nação*, em torno da questão do protecionismo alfandegário, mostra bem o caráter deste tipo de projeto nacional. O jornal paulista argumenta que a política protecionista em favor do capital industrial era uma forma de garantir a via nacional até o capitalismo. Segundo Bomfim, tal perspectiva era ilusória por pelo menos duas razões. Primeiro, havia o problema da forma de inserção do Brasil no mercado capitalista.

O objetivo das nações européias era o de fazer com que o Brasil “seja (fosse) eternamente feitoria e colônia, mercado aberto ao consumo da produção de ultramar”. Graças às baixas tarifas de importação e à superexploração, “que arranca ao operário a pele e o sangue”, os produtos europeus “inundam” o mercado brasileiro com um preço bem mais baixo do que os similares nacionais, levando à falência a nascente indústria e “tornando impossível o trabalho no Brasil”. Depois, e como decorrência disso, estava o fato de que a classe verdadeiramente dominante no Brasil era a burguesia agro-exportadora, que permitia a perpetuação do regime colonial.

A questão se agravou quando passou no Senado a emenda que autorizava a reduzir em 40% os direitos de importação que recaíssem sobre gêneros procedentes de nações que isentassem de direitos o café. Bomfim entra no debate então com um artigo intitulado “Nas botas do Tio Sam”. Segundo o redator de *A Nação*, a emenda “dos 40%” era uma resposta do governo brasileiro às pressões de Washington em tarifar o café brasileiro em 100%, caso não atendesse aos interesses de produtores norte americanos, baixando as tarifas de importação de seus produtos.

Em artigo seguinte, intitulado “A dominação americana”, Bomfim vê nesta questão não só um problema de soberania nacional, como também a submissão do Estado às classes dominantes. Pergunta-se então, “por que o governo do Brasil, assim de ânimo sereno, trai o seu interesse vital, desnacionalizando-o economicamente, o que não é diferente de desnacionalização política?”. “Por amor do café”, responde ele mesmo. Portanto a luta contra o imperialismo norte-americano inscrevia-se também no contexto da luta contra as elites cafeicultoras, que mantinham o caráter agro-exportador da economia nacional no cenário internacional do capitalismo.

É difícil dizer em que medida o socialismo do início do século XX se diferenciava da formulação de uma proposta de “capitalismo organizado”. Embora houvesse, ao menos em Bomfim, a noção clara da natureza da exploração de classes, não havia nenhuma proposta radical para sua superação. Em 1901, em artigo intitulado “A sociedade do futuro” e publicado na revista *A Universal*, Bomfim havia entrado em aberta polêmica com B. Clark, um economista inglês, defensor intransigente do capitalismo e cuja “utopia” previa um futuro em que, graças ao aumento da produção, cessaria toda luta de classes e os operários alcançariam, pouco a pouco, todo o conforto de que gozavam as classes mais abastadas. Para Bomfim, nada levava a crer que o simples aumento da produção levaria ao aparecimento de uma sociedade mais justa, ao contrário que a tendência do capitalismo era de acirramento da pauperização dos operários.

Portanto, sem uma postura política do Estado e sem proteção, nada levava a

crer que o desenvolvimento industrial nas zonas atrasadas tivesse resultados equilibrados. Cumpria não só assegurar o mercado interno para a produção nacional, estimulá-lo através de incentivos de variada ordem, como também “estimular e libertar o trabalho, que assim se criava para que o instrumento dele não fosse a presa indefesa do capitalismo”. “Não há efetivamente em toda a nossa legislação”, acrescenta Bomfim, “um só texto protetor do trabalho”. Reclamava-se por um Estado regulador da economia, mas igualmente promotor da justiça e do bem-estar social.

Pouco antes de morrer, em 1931, Bomfim havia dito que dos “sonhos generosos saem realidades benfazejas”¹⁸ (Bomfim, 1996). Seu “sonho generoso” seria, em parte, implementado pelo “trabalhismo” varguista. Embora tenha negado os acontecimentos de 1930, é difícil saber qual seria sua postura ante o Estado construído posteriormente por Vargas. Provavelmente não o teria aceito, pois que para ele a existência de um Estado forte só se justificava pela existência de uma sociedade civil igualmente organizada e atuante. Não há nada que leve a crer que Bomfim comungasse com o autoritarismo, em geral associado à idéia de um Estado regulador. Ademais, seu humanismo radical era a medida de todas as coisas, e seu sonho era ver a “democracia excelsa sobre o futuro (...) marchando para uma glória verdadeiramente humana” (Bomfim, 1996)

CONCLUSÃO

Buscou-se mostrar com este artigo, a existência no Brasil no início do século XX de um ponto de vista universalista e, em certa medida, democrático que permeou o movimento nacionalista que se manifestava contrário ao avanço hegemônico, intolerante e expansionista norte-americano. Manoel Bomfim, uma de suas fortes expressões intelectuais, mostrou-se crente na possibilidade de reformas sociais e de ingerência do Estado na economia, ao mesmo tempo como garantidor do bem público e da soberania nacional. Além disso, defendeu o livre desenvolvimento do povo e da cultura nacional, sem abdicar de certos valores universais, como a luta contra a exploração capitalista e o sonho de uma união fraternal entre os povos. Se a visão de mundo utópica se constituiu como uma resposta às exigências de um mundo onde as fronteiras entre o possível e o impossível se encontram franqueadas, a representação de nação fornecida por Manoel Bomfim pode sem dúvida ser chamada de uma “utopia da nação”.

REFERÊNCIAS

- A Nação*, Rio de Janeiro, 1903-1904.
A Universal, Rio de Janeiro, 1901.

- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CLAUDÍN, Fernando. “A experiência colonial”, in SANTIAGO, Theo, *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- GELLNER, Ernst. *Encuentros con el nacionalismo*. Madrid: Alianza, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1790*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. *Política para una izquierda racional*. Barcelona: Crítica, 1993.
- LEONÍDIO, Adalmir, “Positivismo e utopia: as idéias socialistas no Brasil entre 1870 e 1910”. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2003.
- LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- NEEDELL, J. *Belle époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi, *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SALVADORI, Massimo L. “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo” in HOBSBAWM, Eric J. *História do marxismo*, v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ² GELLNER, Ernst. *Encuentros con el nacionalismo*. Madrid: Alianza, 1995, pp. 20-34.
- ³ SALVADORI, Massimo L. “Kautski entre ortodoxia e revisionismo”. In: HOBSBAWM, Eric. *História do marxismo*, v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 333-334.
- ⁴ CLAUDIN, Fernando. “A experiência colonial”. In: SANTIAGO, Santiago. *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 13.
- ⁵ HOBSBAWM, Eric. *Política para una izquierda racional*. Barcelona: Critica, 1993, pp. 101-103.
- ⁶ HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1790*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ⁷ MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- ⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 84-92.
- ⁹ NEEDELL, J. *Belle époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ¹⁰ Este capítulo segue de perto as hipóteses levantadas em: LEONÍDIO, Adalmir. *Positivismo e utopia: as idéias socialistas no Brasil entre 1870 e 1910*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2003.
- ¹¹ LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- ¹² A palavra “anarquia” aqui pode ser nuançada como um estigma lançado pelos socialistas aos anarquistas, que começavam a aparecer e lutar por espaço político, a fim de serem eles a “voz do operário”.
- ¹³ Esta e as citações seguintes refrem-se ao número 1, de 10/12/1903

¹⁴ Como é sabido, a idéia de “função social da propriedade” era o principal argumento de Comte contra o liberalismo possessivo.

¹⁵ José Murilo de Carvalho falaria, neste sentido, em “estadania” ao invés de cidadania. Cf. CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁶ Esta e as citações seguintes referem-se ao artigo “Socialismo e nacionalismo”, publicado no número 5, 14/12/1903.

¹⁷ Sobre a formação colonial como fator explicativo do atraso brasileiro, ver: BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

¹⁸ BOMFIM, Manoel. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.